



Renato Alves/Agência Brasília



Distritais fazem apelo ao STF por Ibaneis

No dia em que os atos de vandalismo completaram um mês, o deputado Distrital Joaquim Roriz Neto (PL) encaminhou ofício ao ministro Alexandre de Moraes com a nota pedindo o retorno de Ibaneis Rocha (MDB) ao comando do Distrito Federal. No documento, assinado por 17 parlamentares, Roriz Neto destaca que o afastamento já não é justificável, sendo fundamental o retorno do chefe do Executivo para que o DF volte a caminhar plenamente. Além de Joaquim Neto, assinaram a nota Martins Machado (Republicanos), Rogério Morro da Cruz (PMN), Doutora Jane (Agir), Daniel Donizet (PL), Jorge Viana (PSD), Thiago Manzoni (PL), Jaqueline Silva (sem partido), Robério Negreiros (PSD), João Cardoso (Avante), Hermeto (MDB), Pepa (PP), Iolando (MDB), Pastor Daniel de Castro (PP), Eduardo Pedrosa (União) e Roosevelt Vilela (PL). Ficaram de fora Paula Belmonte (Cidadania) e os parlamentares da oposição Chico Vigilante (PT), Gabriel Magno (PT), Ricardo Vale (PT), Fábio Félix (PSol), Max Maciel (PSol) e Dayse Amarílio (PSB).

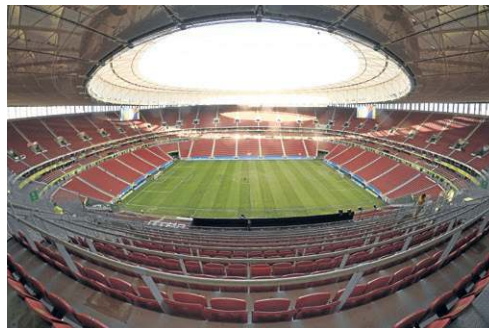
Mais apoio

O deputado federal Fred Linhares (Republicanos) também apoia o retorno imediato ao cargo do governador afastado Ibaneis Rocha (MDB). A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, completa hoje um mês. O prazo de afastamento definido é de 90 dias.

Auditoria do Mané Garrincha pode prescrever no TCDF

Três processos relacionados a uma auditoria na obra do Estádio Mané Garrincha podem prescrever, ou seja, serem arquivados sem qualquer penalidade e responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). O assunto foi discutido calorosamente ontem no plenário, que ficou dividido. Restará o voto de minerva do presidente, conselheiro Márcio Michel, que levou o caso para uma análise mais aprofundada. O relator, conselheiro Manoel de Andrade sustenta que houve a "prescrição intercorrente", quando o processo permanece mais de três anos sem nenhum julgamento ou despacho, conforme prevê a lei 9873/99.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Mais de 1,5 mil peças

Os processos de auditoria tiveram início no TCDF em 2010, com desdobramentos em 2012 e 2013. Nos três casos, foram citados 54 responsáveis. Entre as falhas apontadas estão superfaturamento. São mais de 1,5 mil peças, algumas delas de conteúdo essencialmente processual, outras com efetivo conteúdo de mérito, sendo algumas com centenas de páginas. Trabalho que pode ser perdido. Manoel de Andrade lamentou, mas defendeu sua posição: "Na condição de julgador, independentemente da complexidade da matéria, dos valores envolvidos ou do apelo que os autos provocam, resta-me apreciar o processo segundo os fatos que o cercam e a legislação que o rege", registrou em seu voto.

Gutemberg Fialho se desfilia do Podemos

Depois de concorrer novamente a um mandato de deputado distrital e não levar, o presidente do Sindicato dos Médicos do DF, Gutemberg Fialho, se desfiliou ontem do Podemos. Gutemberg teve 11.360 votos na última eleição. Em 2018, ele bateu na trave, com 13.373 votos. A intenção agora é se concentrar nas questões dos médicos no DF e questões pessoais que precisam de atenção. 2026 ainda está longe.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



"O Presidente da República responde politicamente pela economia do país, mas, com a autonomia do Banco Central, foi privado de influenciar um de seus elementos centrais: a política monetária. Responde pelos fins, privado de um meio essencial"

Senador Fabiano Contarato (PT-ES), líder da bancada do PT no Senado

"Campos Neto foi eleito o melhor presidente de Banco Central da América Latina e do mundo! Se os juros não caem, a culpa é do boquirroto Lula e de quem acreditou que ele viria para 'pacificar' o Brasil. Se não fosse o BC, com um mês de desgoverno a inflação hoje já teria explodido"

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)



Jefferson Rudy/Agência Senado



Geraldo Magela/Agência Senado



À QUEIMA-ROUPA

DEPUTADO DISTRITAL HERMETO (MDB), relator da CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa

"Não estamos aqui para fazer uma disputa entre a situação e a oposição e sim apontar os culpados e os financiadores dos atos antidemocráticos, individualizando todas as responsabilidades"

O senhor é oriundo da Polícia Militar, tem base entre policiais. Acredita que terá isenção para relatar a CPI dos Atos Antidemocráticos?

Passei 30 anos na Polícia Militar e isso me qualifica ainda mais na relatoria da CPI por conhecer os processos internos da corporação. O relatório desenvolvido na CPI não será uma peça do relator. A CPI é uma investigação coletiva. O relatório será discutido e só se tornará o parecer, quando for aprovado pelos membros da CPI.

Policiais militares foram presos e estão sob suspeita de, no mínimo, omissão no dia 8 de janeiro. Como o senhor vê essas suspeitas?

Nosso foco na CPI será em individualizar as responsabilidades. A Corporação não pode pagar pelo erro individual de ninguém.

A PM sempre agiu com eficiência em manifestações. Como foi possível permitir uma violência tão grande com a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes?

Tive a oportunidade de atuar em várias manifestações durante minha carreira na PMDF. A diferença entre diversas manifestações e os atos terroristas do dia 8 de janeiro é que havia criminosos mal-intencionados. Por isso, ninguém conseguiu contê-los.

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Ali tínhamos PMDF, Exército, Polícia Legislativa e Judiciária e mesmo assim tivemos a invasão e a depredação.

O senhor é do partido do governador afastado Ibaneis Rocha (MDB). Também vai agir com isenção em relação à postura dele naquele dia?

Não estamos aqui para fazer uma disputa entre a situação e a oposição e sim apontar os culpados e os financiadores dos atos antidemocráticos, individualizando todas as responsabilidades.

O ex-interventor da segurança, Ricardo Cappelli, disse que o ex-comandante-geral da PM coronel Fábio Augusto Vieira perdeu a autoridade e não teve ordens atendidas de ampliar a tropa no dia das invasões. Acredita nisso? Por que teria ocorrido?

Ficou claro que algo deu errado. Não sei se foi isso que ocorreu e durante a CPI teremos a possibilidade de individualizar as responsabilidades de todos os envolvidos.

O senhor indicou algum subcomandante da PMDF?

Servi por 30 anos na PMDF e essa experiência e conhecimento me qualificam a entender seu funcionamento e seus servidores. É normal me consultar se conheço pessoas e como avalio a capacidade técnica desses servidores.

Avalia que seu trabalho na CPI como relator será de grande responsabilidade?

Me sono a milhares de brasilienses e brasileiros que assistiram às cenas dos golpistas depredando nosso patrimônio com total reprovação. A população do DF tem meu compromisso de ir a fundo para apontar os culpados e os financiadores dos atos antidemocráticos.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

TRÂNSITO / De acordo com o Detran-DF, registros de motoristas que estacionam fora das regras saltaram de 139,4 mil em 2021 para 198,6 mil no ano passado. Penalidades incluem pontos na carteira e multas entre R\$ 88,38 e R\$ 293,47

Número de infrações aumenta

» NAUM GILÓ

Quem circula pelo Distrito Federal vê com facilidade carros estacionados de forma irregular. Além de ser uma infração de trânsito, veículos parados em locais inapropriados podem causar transtornos ao tráfego. Segundo o Departamento de Trânsito (Detran-DF), no ano passado foi registrado aumento de 44,46% no número de infrações por estacionamento irregular em relação ao ano anterior. Foram 139.419 ocorrências em 2021 e 198.617 em 2022.

O **Correio** percorreu alguns dos pontos onde há mais reclamações em relação a estacionamentos na região central de Brasília e ouviu queixas de motoristas que enfrentam todos os dias o desafio de achar uma vaga para deixar o veículo.

Um desses pontos é o Setor de Autarquias Sul (SAS), que concentra grande quantidade de órgãos públicos e empresas privadas. Quem circula todos os dias por ali sabe que nem todos os condutores respeitam as regras de trânsito e que um lugar em estacionamento vale ouro, principalmente em dias úteis. Tâfnes Souza, 40, é taxista e vê com frequência carros parados em fila dupla nas ruas do

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Carros parados em fila dupla no Setor Comercial Sul, um dos locais mais difíceis para achar onde estacionar

SAS. "Nunca fiquei trancado em uma vaga, mas já houve vezes que o motorista estacionou em uma das vagas dos taxistas, situação em que temos que chamar a polícia para multar e retirar o carro do local", desabafa o taxista, que também se queixa de que nem sempre os agentes de segurança comparecem para punir o infrator.

O Setor Comercial Sul (SCS) é outra região conhecida pela dificuldade de ter vagas de estacionamento. Durante o breve passeio que a reportagem fez no local, foi possível flagrar diversos veículos estacionados fora dos pontos delimitados

ou parados em fila dupla. A quantidade de carros é tão grande que é preciso circular em baixa velocidade pelas passagens estreitas que restam para a circulação. A situação é agravada por obras que estão sendo feitas em alguns trechos da área.

Joel Teixeira, 34, fala que o alívio é que o sindicato onde trabalha como motorista tem uma garagem própria, mas sabe bem a dificuldade de achar um lugar conveniente no SCS. Ele relata que não é raro ver motoristas presos em vagas porque outros pararam em local inadequado. "No entanto, eu sempre procuro parar

o veículo em locais apropriados para evitar dores de cabeça com o Detran", diz. Durante os poucos minutos em que o **Correio** conversou com Joel, que estava dentro do carro na vaga, quatro motoristas passaram fazendo a mesma pergunta: "Tá saindo agora?"

Na plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto, em frente ao Conjunto Nacional, a história é a mesma. Faltam vagas e alguns condutores optam pela imprudência. "A dificuldade para estacionar é grande e ainda enfrentamos o assédio dos flanelinhas", protesta o motorista de aplicativo Dalton Maia,

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Na plataforma superior da Rodoviária, vagas são insuficientes

24, que também é contra a ideia de os espaços de estacionamento deixarem de ser gratuitos. "A solução é a melhoria do transporte público, para que as pessoas passem a deixar mais o carro em casa para ir trabalhar", sugere.

Infração

Estacionamento irregular é uma infração prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). As penalidades variam de acordo com a situação, com multa e pontuação na Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O Detran

informa que é preciso que haja a placa que indique a proibição para estacionar, mas existem algumas situações em que não é necessária a sinalização, como a menos de cinco metros do bordo de alinhamento de uma via transversal; afastado mais de 50 cm do meio-fio da calçada; em pistas de rolamento de estradas e rodovias; em acostamentos, salvo motivo de força maior; ou sobre faixa de pedestre, ciclovia e ciclofaixa.

A infração por estacionamento irregular pode variar de leve a gravíssima. Os valores das multas ficam entre R\$ 88,38 e R\$ 293,47.